

O RECONHECIMENTO PÚBLICO DOS ATORES COLETIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE¹

Eric Sabourin²

Ghislaine Duque³

Paulo C. O. Diniz⁴

Maria do Socorro de Lima Oliveira⁵

Laurence Florentino Granchamp⁶

RESUMO

Os agricultores do Nordeste desenvolveram, nos últimos anos, novas formas de ação coletiva no âmbito de comunidades camponesas e de organizações profissionais. O artigo analisa a origem, os fatores de emergência e o impacto dessas iniciativas locais ou regionais, e suas relações com os movimentos sociais e o Estado. Esses novos atores, ou essas novas práticas, correspondem principalmente a dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais (água, pastagens, sementes) e/ou de produção de bens públicos: capacitação, informação, inovação e acesso a mercados específicos. O artigo toma algumas lições dessas experiências.

Termos para indexação: ação coletiva, políticas públicas, organizações, inovação, Nordeste.

¹ Publicado originalmente sob o título *Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste*, no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 111-115, janvier-février 2005.

² Sociólogo, Doutor em Antropologia, pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), Cirad/Tera, 73 Rue J F Breton, 34398 Montpellier Cedex 5, France. sabourin@cirad.fr

³ Socióloga, Doutora em Sociologia, pesquisadora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Av. Aprígio Veloso, 882, 58109-970 Campina Grande, PB. ghduque@uol.com.br

⁴ Sociólogo, Mestre em Sociologia, doutorando pelo programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS) das Universidades Federais de Campina Grande e João Pessoa (UFCG-UFPB), pesquisador da Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa, AS-PTA, Caixa Postal 33, 58135-000 Esperança, PB. p.diniz@uol.com.br

⁵ Socióloga, Mestre em Sociologia, Universidade de Campina Grande (UFCG), Rua Claudino Gonçalves de Oliveira, 2005, Liberdade, 58105-325 Campina Grande, PB. mdlimaoliveira@yahoo.com.br

⁶ Socióloga, Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Laboratoire d'Étude des Dynamiques Sociales (Ladyss)/Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), Université Paris-X, Bat Max Weber, 200, avenue de la République, 92001 Nanterre cedex Université Paris X, France. laurence.florentino@u-paris10.fr

RECONNAISSANCE PUBLIQUE DES ACTEURS COLLECTIFS DE L'AGRICULTURE FAMILIALE AU NORDESTE

RÉSUMÉ

Des agriculteurs du Nordeste du Brésil ont développé ces dernières années de nouvelles formes d'action collective au niveau des communautés paysannes et des organisations professionnelles agricoles. L'article analyse l'origine, les facteurs d'émergence et l'impact de ces initiatives locales ou régionales ainsi que leurs relations avec les mouvements sociaux et avec l'Etat. Ces nouveaux acteurs, ou ces nouvelles pratiques correspondent principalement à des dispositifs collectifs de gestion de ressources naturelles (eau, pâturages, semences) et/ou de production de biens publics: formation, information, innovation, accès à des marchés spécifiques. L'article tire quelques leçons de ces expériences.

Termes d'indexation: action collective, politiques publiques, organisations, innovation, Nordeste.

PUBLIC RECOGNITION OF COLLECTIVE STAKEHOLDERS IN NORTHEAST BRAZIL FAMILY FARMING

ABSTRACT

In recent years, peasant communities and family farmers' organisations have developed new forms of collective action among smallholders in North East Brazil. This paper analyses the origins, emergence, and impact of these local and regional initiatives as well as their relations with peasant social movements and with public institutions. These smallholders groups constitute collective systems for the management of natural resources (water, grazing, forest, seeds and bio-diversity) and/or the production of public assets (information, training, access to innovation and to specific markets). In the Northeast, particularly in the State of Paraíba, their experience has mobilised social and professional networks among civil society and led to demands in hybrid forums for public recognition or, better, public support from State institutions. The authors analyse the first lessons from, and the limitations of, these new forms of interaction between peasant collective action and State public action. This movement is related to the decentralisation process underway in Brazil and the first inter-municipal initiatives. There is a risk that civil society might substitute for the

State in the performance of its functions; but the public obligations of these collective stakeholders also ensure locally adapted responses to the complexity and specificity of public policies. The new government has staked its programs on civil society participation. But we can already observe some tensions between the government, social movements and local politicians. In a political system with elections every two years, it is difficult to maintain participatory processes that require longer periods for concrete results.

Index terms: collective action, public policies, organisations, innovation, Northeast.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de fenômenos recentes de articulação e interação entre a ação coletiva dos agricultores e a ação pública no Nordeste. Essa articulação baseia-se, de um lado, na emergência e na diversificação de novos atores coletivos do mundo rural ou em novas práticas de interação com o setor público e, de outro, no reconhecimento e no apoio institucional ou financeiro do Estado em diversos âmbitos (municipal, estadual ou federal)⁷.

A metodologia baseia-se na abordagem comparativa das estratégias institucionais de atores coletivos e públicos. As diversas estratégias são realçadas pela análise das práticas e das representações dos atores.

A primeira parte do artigo relata algumas características desses atores coletivos, a segunda apresenta três casos de interação com a ação pública e a terceira tira as lições dessas experiências.

ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS INICIATIVAS COLETIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Em virtude do desengajamento do Estado, novas formas de ação coletiva foram desenvolvidas nas comunidades camponesas e nas organizações

⁷ Esta síntese foi realizada no âmbito do projeto Políticas Públicas e Apoios Institucionais à Agricultura Familiar, desenvolvido em conjunto pelo Programa Agricultura Familiar e Globalização (Cirad), pela Universidade Federal de Campina Grande e por uma rede de ONGs e organizações de produtores do Nordeste Semi-Árido.

profissionais de agricultores familiares (associações, cooperativas, sindicatos). É o caso das ações coletivas de gestão dos recursos naturais, de produção de conhecimento (grupos de agricultores experimentadores, escolas familiares rurais), dos grupos de comercialização de produtos (feiras de produtos orgânicos, venda direta e cadeias curtas) e também de fóruns de tipo híbrido, como a Articulação Semi-Árido (SABOURIN et al., 2004a, SABOURIN; DUQUE; MALAGODI, 2004).

Essas iniciativas correspondem a dispositivos institucionais de agricultores no sentido dado por Mormont (1996): “arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação”.

No Sertão Nordeste, a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais tem suas raízes no movimento sindical camponês (Ligas Camponesas do fim dos anos 50, sindicatos de trabalhadores rurais dos anos 70) ou nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs, anos 60–80). A democratização dos anos 1980–90 favoreceu bastante a autonomia dessas organizações em relação aos partidos, à Igreja e aos políticos locais.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos, além da defesa dos interesses de classe ou de grupos socioprofissionais, se deve a dois elementos: à tradição de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais, como água, pastagens, floresta (caatinga), sementes, terras, e às carências do Estado e das coletividades territoriais para assumir certos serviços e bens públicos de base em meio rural, como educação, saúde, informação e inovação técnica.

Essas carências, aliás, foram acentuadas pela redução do apoio público à agricultura e pela descentralização das funções de apoio do governo federal sem transferência dos recursos correspondentes aos Estados ou às coletividades territoriais. Finalmente, três mecanismos mais recentes vieram reforçar as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas localizadas: a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, consultados para orientar os investimentos municipais em matéria de infra-estrutura coletiva (ABRAMOVAY, 1998); a constituição de pólos sindicais que reúnem os sindicatos de trabalhadores rurais de várias municipalidades na escala da microrregião; e, por fim, o surgimento de fóruns mistos, que mobilizam o engajamento de ONGs e universitários aos movimentos sociais camponeses nessas articulações híbridas.

EXEMPLOS DE RECONHECIMENTO PÚBLICO

As famílias camponesas mantêm ou atualizam práticas coletivas de ajuda mútua ou de redistribuição de recursos segundo dispositivos praticados no âmbito de grupos locais ou de organizações profissionais. Recentemente, elas tentaram, por meio de coalizões (fóruns mistos, federações), obter o reconhecimento e depois o apoio a esses dispositivos por parte dos poderes públicos, principalmente em escalas local (município) e estadual.

Foram estudados três casos de apoio público a dispositivos coletivos de gestão de recursos comuns e de produção de inovação: a) atribuição de títulos de propriedade coletiva aos pastos comuns na caatinga no norte da Bahia; b) reconhecimento dos bancos de sementes locais pelo Estado da Paraíba; e c) apoio à Articulação Semi-Árido para a construção de cisternas de armazenamento de águas de chuva, por parte do governo federal.

1º Caso. No Estado da Bahia, pastagens comuns na caatinga (os chamados « fundos de pasto ») puderam ser preservadas pois, nos anos 80, a Secretaria de Agricultura, para evitar a ocupação ilegal dessas áreas, implantou um programa de reconhecimento dessas propriedades coletivas em favor das comunidades camponesas que as manejavam sem nenhum estatuto legal. Para isso, o projeto incentivou a criação de associações comunitárias de criadores (entidades jurídicas reconhecidas), para as quais os pastos comuns indivisos, recenseados e cadastrados foram cedidos mediante o estabelecimento de títulos de propriedade coletiva. Essas áreas se beneficiaram do Estatuto de Terras da reforma agrária, que facilitou, às associações, o acesso ao crédito e à infraestrutura hídrica. Essa iniciativa permitiu preservar importantes áreas de caatinga, manter comunidades de criadores em sistema de pastagem extensiva e incentivar uma produção de caprino-ovinocultura de qualidade: o bode do Sertão (SABOURIN et al., 1997).

2º Caso. No Estado da Paraíba, os Bancos Comunitários de Sementes (BCS) da Zona Semi-Árida, cujo objetivo inicial era manter estoques de milho e feijão, têm contribuído progressivamente para a conservação e a recuperação de espécies locais e de cultivares adaptadas aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (ALMEIDA; CORDEIRO, 2001). Os BCS obtiveram o reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para assumir, nos municípios onde estão implantados, os programas públicos de distribuição

e conservação de sementes. Puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, a legitimidade institucional para dar seqüência ao esforço de preservação da biodiversidade (ALMEIDA et al., 2002).

A distribuição pública de sementes abrange desde a avaliação das necessidades até a gestão dos estoques e sua redistribuição. O apoio público é feito com o fornecimento de sementes (50%) e recursos financeiros (50%), de forma a permitir aos BCS pré-financiar a compra de variedades locais para os agricultores, de acordo com suas necessidades, em toda a região e não apenas em âmbito local. Finalmente, uma lei do Estado da Paraíba legalizou a distribuição, pelos BCS, de sementes não obrigatoriamente certificadas pelas firmas especializadas.

3º Caso. Há uns 15 anos, várias organizações de produtores, apoiadas por ONGs e paróquias, distribuem cisternas para armazenamento das águas de chuva na Região Semi-Árida. Trata-se de um sistema econômico (avaliado em aproximadamente R\$ 800, para 15 a 20 m³) de cisternas cilíndricas e semi-enterradas, feitas de placas finas de cimento pré-moldado (SABOURIN et al., 2002). A divulgação desse modelo foi acompanhada, em várias regiões, principalmente no Estado da Paraíba, por diversas formas de crédito rotativo, com caução solidária, que vão do autofinanciamento total (tipo consórcio) ao reembolso parcial ou total do custo do material. A cisterna é geralmente construída pelos próprios produtores em sistema de mutirão e é pré-financiada com recursos externos (DUQUE; OLIVEIRA, 2003). Essas medidas de crédito e autofinanciamento parcial têm um importante valor simbólico. Além dos argumentos de favorecer a autonomia, a independência e a responsabilização por parte dos atores locais, elas oferecem uma alternativa legal ao clientelismo dos políticos locais, que preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas (ou água suja em caminhões-pipa) para conseguir benefícios eleitorais imediatos, negligenciando, depois das eleições, a manutenção desses equipamentos (DINIZ, 2002; DUQUE; CIRNE, 2001).

Desde 2002, a Articulação no Semi-Árido-Brasil/ASA-Brasil (Federação das Articulações do Semi-Árido dos Estados do Nordeste) obteve, do governo federal, um amplo programa – Um Milhão de Cisternas – de apoio às iniciativas de construção desse tipo de cisternas, provocando protestos de certos executivos regionais.

O reconhecimento público dos dispositivos coletivos de gestão de recursos comuns está longe de ser unânime no Nordeste. Porém, cada vez mais aumenta a adesão pública a ações coletivas destinadas à produção de bens públicos (OSTROM; OSTROM, 1978; OSTROM, E., 1992; BINDABRAN et al., 1999), como oferta de informação, formação, inovação, referências técnicas, etc. É o caso dos sistemas de formação rural assegurados por organizações de produtores (escolas rurais, casas familiares, escolas sindicais), dos dispositivos coletivos de produção de inovação por grupos de agricultores experimentadores (SIDERSKY; SILVEIRA, 2001), ou ainda dos bancos de sementes que visam não apenas à conservação de variedades locais, mas também à seleção participativa. Os agricultores ou suas organizações asseguram, por esses dispositivos, funções de interesse geral de pesquisa, experimentação, divulgação e formação, de forma gratuita e coletiva (SABOURIN, 2004).

ENSINAMENTOS E LIMITES DESSAS EXPERIÊNCIAS

Nos três casos estudados, há três constantes: 1) esses dispositivos coletivos funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas nascidas dos sistemas de ajuda mútua; 2) essas prestações não-mercantis estão fundadas em regras de reciprocidade e redistribuição de origem camponesa; 3) o apoio público garantiu uma certa perenidade institucional, mas fragilizou os sistemas de ajuda mútua, introduzindo a mercantilização das prestações.

Interesses da articulação entre ação coletiva e ação pública

De fato, em termos de política pública, facilitar ou assegurar o funcionamento e a reprodução desses dispositivos coletivos apresenta diversas vantagens para ambos os lados. Para o Estado, além das economias em termos de custo de produção e/ou de gestão, cria uma verdadeira oportunidade de delegar serviços mediante uma política pública baseada em relações contratuais (SABOURIN, 2004). Para as organizações camponesas, todo apoio é bem-vindo para fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma. Esse tipo de interação constitui um exemplo de interface positiva entre princípios econômicos fundados nas trocas capitalistas e princípios econômicos regidos pela reciprocidade camponesa (TEMPLE, 1998).

Não é preciso ver, nisso, nenhum altruísmo camponês: essas prestações são assumidas pelos agricultores, é claro, por necessidade (às vezes, até mesmo de sobrevivência), mas ao mesmo tempo elas asseguram funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, da água, segurança alimentar, produção de conhecimentos, informação, referências técnicas, etc. Os valores humanos de partilha, equidade, justiça e responsabilidade aos quais correspondem não são dados cultural ou socialmente. São, pelo contrário, o produto dessas relações que dependem de estruturas e regras sociais ancestrais de proximidade e reciprocidade, que já conheceram diversas evoluções e adaptações (SABOURIN, 2001; OLIVEIRA; DUQUE, 2004).

Reconhecer, recuperar ou manter essas práticas significa, portanto, preservar as estruturas sociais e econômicas – de reciprocidade e de redistribuição – que as fundam e os valores humanos que elas produzem (TEMPLE, 1998), o que passa pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, como camponeses, artesãos e pescadores. Seu ser social, seu estatuto e seu prestígio dependem disso.

No entanto, a mudança da natureza gratuita e voluntária dessas funções pode acelerar seu desaparecimento (em particular, quando tal remuneração deixasse de ser assegurada), ou simplesmente levar a uma desagregação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e gestão compartilhada que as regulam, ao transformarem a natureza das regras e dos valores.

Impactos regionais e limites

As interações da ação coletiva com a ação pública começaram a se concretizar sob a pressão das organizações camponesas: sindicatos, associações, ONGs, paróquias e, recentemente, dos mencionados fóruns híbridos. Os pólos sindicais e as paróquias estão na origem do reconhecimento dos pastos comuns na Bahia. A ASA/Paraíba conseguiu o apoio público aos Bancos Comunitários de Sementes, enquanto a ASA-Brasil, ao programa Um Milhão de Cisternas para todos os estados do Nordeste.

Uma das explicações reside na carência de representação das comunidades rurais da Zona Semi-Árida: o município, que constitui a malha administrativa e sociopolítica de base, é, muitas vezes, muito amplo (5.000 a 10.000 km²) e pode reagrupar várias dezenas, e até várias centenas de

comunidades rurais. Estas só podem obter reconhecimento jurídico e representação oficial mediante a constituição de associação comunitária de produtores cujo estatuto, ao mesmo tempo ambíguo e inadaptado, lhes permite captar e depois gerir infra-estruturas e equipamentos de interesse produtivo (tratores, irrigação, silos), social (escola, postos de saúde, etc.) ou misto (poços, bombas, armazéns, casas de farinha, etc.).

Ao contrário, nas áreas densamente povoadas e urbanizadas do Agreste, os municípios são pequenos demais para assumir certos investimentos coletivos (adução de água, eletrificação, frigoríficos, matadouros, etc.). Nesse caso, as organizações e os grupos de produtores já engajados em dispositivos coletivos de produção ou gestão de bens públicos têm um papel determinante em matéria de intermunicipalidade. O Pólo Sindical da Borborema, que congrega os sindicatos de trabalhadores rurais às associações de produtores de 16 municípios, desenvolve um amplo programa de diagnóstico desses municípios e de mobilização social, base de um Plano Participativo de Desenvolvimento Territorial da região, em fase de negociação com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DUQUE; DINIZ, 2004).

Novas relações entre sociedade civil e Estado

Essas novas relações testemunham que as ONGs e as organizações de produtores superaram a antiga atitude exclusivamente reivindicativa diante do Estado. Essa atitude, freqüente nos anos 70/80, era conseqüência não apenas da ditadura militar, mas também do clientelismo político.

Por sua vez, o apoio do Estado aos dispositivos coletivos dos agricultores também constitui uma nova forma de resposta à complexidade crescente das políticas públicas, ao utilizar relações contratuais negociadas.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, existia o risco de desvio para a substituição das funções de base do Estado pela sociedade civil. No governo Lula da Silva, acontece quase o contrário, a exemplo do debate sobre o modelo de Assistência Técnica Agrícola e Extensão Rural (Ater). No Ministério do Desenvolvimento Agrário, há quem defenda a idéia de uma volta ao serviço público federal integral, com a reconstituição da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fechada em 1990; outros

defendem a alternativa da contratação de entidades locais privadas ou coletivas diversificadas (cooperativas, ONGs, associações de agricultores).

O debate está aberto para a discussão das funções de produção e divulgação de inovação agrícola. Por exemplo, como multiplicar variedades locais via bancos comunitários de sementes? Como utilizar os recursos públicos e que tipo de articulação acionar entre ação pública e ação coletiva? Uma das propostas passa por um acordo de cooperação entre os BCS e a pesquisa agrícola, via grupos de agricultores experimentadores reconhecidos como agentes de produção de sementes locais. Um apoio financeiro público a esse tipo de interação pode ser conseguido, pois está sendo contemplado tanto pelo programa de segurança alimentar (Programa Fome Zero) como pelo Programa Crédito Fundiário da Secretaria de Reforma Agrária do MDA.

Que formas de participação?

O governo Lula apostou na participação da sociedade civil. Em face dos processos eleitorais em curso e dos desafios sociopolíticos, teria condições de manter uma política participativa que exige investimentos no tempo e prazos maiores para medir resultados concretos? (CALLON et al., 2001).

Além dos riscos habituais de manipulação e instrumentalização em torno dos métodos participativos (OLIVIER de SARDAN, 1995; CHAUVEAU, 1994), as práticas em matéria de mediação Estado/população mostraram claramente que é da própria natureza da decisão política contribuir para a emergência e a validação de escolhas (LAGROYE et al., 2002; BERTEN, 2003).

O interesse dessa abordagem é oferecer um espaço público para a expressão das tensões entre movimento social, políticos locais e Executivo. Essas tensões são múltiplas no Brasil em geral e no Nordeste em particular, em primeiro lugar em relação ao acesso à terra e à água, mas também em relação ao crédito e às estratégias de desenvolvimento local. Quando se trata de realizar os programas ou de assegurar um serviço público, as tensões e as contradições são bem mais fortes do que quando se trata de fazer escolhas ou programar prioridades.

Por exemplo, existem tensões entre a Articulação do Semi-Árido/Paraíba e o governo federal quanto ao ritmo do programa de construção de cisternas.

O governo exige prazos extremamente curtos entre a liberação dos recursos e a prestação de contas, prazos que, segundo a ASA, não são compatíveis com o trabalho educativo que caracteriza o programa.

Para a sociedade civil, a volta da distribuição gratuita de cisternas construídas por firmas privadas com alto custo representaria uma verdadeira regressão: ameaçaria a existência de programas de capacitação para auto-construção, os beneficiários deixariam de se sentir responsáveis e o clientelismo político voltaria a atuar.

CONCLUSÕES

No Nordeste brasileiro, a maioria dos serviços de gestão dos recursos naturais comuns locais ainda é assegurada por dispositivos coletivos de agricultores, herdados ou readaptados das práticas das comunidades camponesas. O funcionamento desses serviços voluntários e gratuitos permanece frágil em decorrência da falta de meios e das prioridades econômicas sempre mais monetarizadas das famílias rurais.

No entanto, sua reprodução e sua perenização são, às vezes, apoiadas pelos poderes públicos locais. Para manter a parte de responsabilidade coletiva e de relativa gratuidade das prestações dos agricultores, o estabelecimento de contratos – não-individuais (com um agricultor), mas coletivos – baseados no dispositivo local constitui a primeira alternativa. As relações e as estruturas que presidem o funcionamento desses dispositivos coletivos entre agricultores dependem principalmente de regras de reciprocidade e de redistribuição, que ajudam a assegurar a produção de valores de responsabilidade e equidade, mediante a gestão de recursos naturais comuns e a produção gratuita de bens públicos locais: informação, conhecimentos, referências técnicas e acesso à inovação ou a mercados específicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural**: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: Fipe: Ipea, 1998. 25 p

ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. **Sistema de seguridade da semente da paixão**: estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 120 p.

ALMEIDA, P.; TARDIN, J. M.; PETERSEN, P. Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados. In: BENSUSAN, N. (Org.). **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, porque. Brasília: Editora UnB: Instituto Sócio Ambiental, 2002. p. 140-151.

BERTEN, A. **Structures, médiations, dispositifs**: petite généalogie. In: SEMINAIRE INRA SAD-APT, 2003, Paris. [Anais]... Paris: INRA, 2003. 15 p.

BINDABRAN, P.; GRIFFON, M.; JANSEN, H. **The multifunctionality of agriculture**: recognition of agriculture as a public good or position against trade liberalisation. Nogent sur Marne: Cirad: Ecopol, 1999. 8 p. Unpublished paper.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain**: essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001. 358 p.

CHAUVEAU, J. P. Participation paysanne et populisme bureaucratique. Essai d'histoire et de sociologie de la culture du développement. In: JACOB, J.-P.; DELVILLE, P. L. (Ed.). **Les associations paysannes en Afrique**. Marseille: Apad; Paris: Karthala; Genève: IUED, 1994. p. 25-60.

DINIZ, P. C. O. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido**: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

DUQUE, G.; CIRNE, M. N. R. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. **Agriculture et ruralité au Brésil**: un autre modèle de développement. Paris: Karthala, 2001. p. 129-144.

DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O. Desenvolvimento territorial no Nordeste: um método de diagnóstico e planejamento participativo. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 181-191, 2004.

DUQUE, G.; OLIVEIRA, M. S. L. **A contribuição dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, ago. 2003.

LAGROYE, J.; BASTIEN, F.; SAWICKI, F. **Sociologie politique**. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002. 599p.

MORMONT, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. **Economie Rurale**, Paris, v. 236, p. 28-36, 1996.

OLIVEIRA, M. S. L.; DUQUE, G. **Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano**. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004. 20 p.

OLIVIER de SARDAN, J. P.. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Apad-Karthala, 1995. 218 p.

OSTROM, E. **Crafting institutions for self-governing irrigation systems**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, 1992. 228 p.

OSTROM, V.; OSTROM, E. Public goods and public choices. In: SAVAS, E. S. (Ed.). **Alternatives for delivering public service**: toward improved performance. Boulder, Colorado: Westview Press, 1978. p. 7-49.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 20, p. 41-49, 2001.

SABOURIN, E. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management. Trabalho apresentado no IASCP 2004 CONFERENCE: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexique, 8-13 août, 2004.

SABOURIN, E.; SIDERSKY, P.; MATOS, L. C.; TRIER, R. Gestion technique vs gestion sociale de l'eau dans les systèmes d'agriculture familiale du Sertão brésilien. **Sècheresse**, Quebec, França, v. 13 n. 4, p. 274-83, 2002.

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; MALAGODI, E. Novos atores do desenvolvimento rural no Nordeste semi-árido. Um olhar crítico sobre o período 1997-2002. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 58-72, 2004.

SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P. C. G. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. **Cahiers de la Recherche Développement**, Montpellier, n. 42, p. 5-27, 1997.

SABOURIN, E.; SILVEIRA, L.; SIDERSKY, P. Production d'innovation en partenariat et agriculteurs expérimentateurs au Nordeste du Brésil. **Cahiers Agricultures**, Montrouge, v. 13, n. 3, p. 203-210, 2004.

E. Sabourin et al.

SIDERSKY, P.; SILVEIRA, L. Experimentar com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba. In: GUIMARÃES FILHO, C.; ANDREOTTI, C. M. (Ed.). **Metodologias de experimentação com os agricultores**. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2001. p. 33-58, (Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia. Agricultura familiar, 5).

TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la réciprocité. **La Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 12, p. 234-242, 2ème sem. 1998.